

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS  
CONSELHO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA HUMANA

RESOLUÇÃO Nº 16 DE 21 DE JUNHO DE 2005

O SECRETÁRIO ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS E PRESIDENTE DO CONSELHO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA HUMANA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelas Leis nº 4.319 de 16 de março de 1964 e nº 10.683 de 28 de maio de 2003;

CONSIDERANDO a atribuição da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República e do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana em conferir cumprimento aos princípios constitucionais concernentes à prevalência dos Direitos Humanos no País, bem como dos instrumentos internacionais de direitos humanos, especialmente no que se refere a proteção a cidadãos que tiveram seus direitos violados;

CONSIDERANDO deliberação unânime do Colegiado, tomada na 164ª reunião ordinária, realizada no dia 21 de junho de 2005, que acolheu as conclusões da Comissão Especial designada pela Resolução nº 13, de 24 de maio de 2005, com o objetivo de apurar as denúncias de atuação de “*grupos de extermínio*” no Estado do Ceará, resolve:

RECOMENDAR ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado de Justiça que, com a brevidade possível, determine as medidas cabíveis para que o Departamento de Polícia Federal na forma da legislação pertinente (Lei nº 7.102, de 20/06/83; Decreto nº 89.056, de 24/11/83, art. 32; e Portaria DPF nº 992, de 25/10/95), investigue e apure a responsabilidade pelas ações criminosas de milícias privadas – eventualmente incrustadas em empresas particulares que exploram serviços de vigilância – e dos “*grupos de extermínio*” no Estado do Ceará e seus eventuais desdobramentos.



NILMÁRIO MIRANDA